

POR UMA AGENDA POLÍTICA FEMINISTA
NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO: uma análise das políticas públicas
de gênero com a visão de mulheres santanenses

Laienifer Pintos Vieira
Prof. Dr. Igor Baptista de Oliveira Medeiros

RESUMO

Considerando o fato de que, os processos de execução e implementação das políticas públicas para as mulheres em diversas áreas da sociedade vem sendo um grande desafio para os municípios do interior do RS, realidade ainda pouco explorada devido ao machismo estrutural ainda latente e disseminado pelo tradicionalismo gaúcho. O presente artigo, amparando-se na história do movimento feminista no Brasil desde o ano de 1970 e suas lutas pela inserção das demandas das mulheres na Agenda Política do país, buscou analisar como o Município de Santana do Livramento, localizado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, organiza suas políticas públicas de gênero segundo a ótica de mulheres santanenses. Utilizando como metodologia a pesquisa documental, entrevistas narrativas e o método de pesquisa participante, este estudo procurou promover o encontro entre pesquisadora e demais mulheres santanenses, em que juntas, discutiram e analisaram as políticas públicas para as mulheres nas áreas de Saúde, Segurança Pública, Assistência Social e Inclusão Social e Trabalho e Renda em Santana do Livramento. Como resultado, foi possível identificar que as políticas públicas existentes no Município precisam de ampliação, mais divulgações e melhor comprometimento da gestão municipal para romper com os problemas de descontinuidade. Por fim, apresentamos à Gestão Pública Municipal sugestões para efetuar políticas para as mulheres mais efetivas em uma Agenda Política Feminista para Santana do Livramento.

Palavras-chave: Feminismo, Políticas Públicas, Agenda Política, Agenda Feminista.

POR UNA AGENDA POLÍTICA FEMINISTA
EN EL MUNICIPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO: un análisis de las políticas
públicas de género desde la óptica de las mujeres de Santana

RESUMEN

Considerando que los procesos de ejecución e implementación de políticas públicas para la mujer en diferentes ámbitos de la sociedad han sido un gran desafío para los municipios del interior de RS, realidad aún poco explorada debido al machismo estructural aún latente y difundido por el tradicionalismo gauchesco. Este artículo, basado en la historia del movimiento feminista en Brasil desde la década de 1970 y sus luchas por la inclusión de las demandas de las mujeres en la Agenda Política del país, buscó analizar cómo el Municipio de Santana do Livramento, ubicado en la Frontera Oeste de Rio Grande do Sul, organiza sus políticas públicas de género según la perspectiva de las mujeres santanas. Utilizando como metodología la investigación documental, las entrevistas narrativas y el método de investigación participativa, este estudio buscó promover un encuentro entre la investigadora y otras mujeres catarinenses, donde juntas discutieron y analizaron políticas públicas para las mujeres en las áreas de Salud, Pública Seguridad, Asistencia Social e Inclusión Social y Trabajo e Ingreso en Santana do Livramento. Como resultado, fue posible identificar que las políticas públicas existentes en el Municipio necesitan ampliación, mayor difusión y mejor compromiso de la gestión municipal para romper con los problemas de discontinuidad. Finalmente, presentamos la Gestión Pública Municipal, sugerencias para hacer políticas más efectivas para las mujeres en una Agenda Política Feminista para Santana do Livramento.

Palabras clave: Feminismo, Políticas Públicas, Agenda Política, Agenda Feminista.

1. Introdução

“Toda vez que ele me batia eu sentia vergonha, achava que a culpa era minha. Quando finalmente achei forças para ir à Polícia Civil denunciar, me perguntaram o que eu tinha feito para que ele me batesse. O policial que me atendeu me perguntou se eu era tão indefesa assim para não ter me defendido, como se eu tivesse que estar preparada pra quem um dia jurou me amar, me agredir como se eu não fosse nada.”

“Eu fui humilhada todas as vezes que ele levantou a mão pra mim, e aquele dia, dentro daquela delegacia, tentando denunciar o meu agressor, eu me senti humilhada mais uma vez.”

“Eu era mãe de primeira viagem, estava assustada, com dor, e quando disse à enfermeira que as dores das contrações eram muito fortes, ela riu e me perguntou se na hora de fazer eu tinha reclamado de dor. Eu estava dando à luz pela primeira vez e não pude nem sentir dor sem ser julgada por uma profissional da saúde.”

Vozes do Inconsciente Coletivo Feminino

Tais experiências que me possibilitaram falar com essas vozes me fizeram questionar como os agentes políticos do Município de Santana do Livramento (RS) decidem se as questões das mulheres merecem ou não estar em suas agendas de governo, pois muitos perfis racistas, sexistas e classistas pertinentes na sociedade brasileira estão impregnados em nossa democracia representativa, consolidando um poder hegemônico composto de faces masculinas, brancas e heterossexuais (RANGEL, 2011). Neste município, situado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, tais características são bastante pertinentes, pois neste solo cultiva-se a figura da “prenda” - mulher prendada, temente a casa, à família e à cultura local - com o papel social de servir ao marido "gaúcho" - forte e viril, protetor da “prenda” - porém sem nunca ouvi-la, sempre exercendo sua dominação patriarcal (ALMEIDA E GROSSI, 2019).

Santana do Livramento, também conhecida como *Fronteira da Paz*, recebe essa titulação por fazer fronteira com Rivera (UY). Estas duas cidades separadas por um parque demonstram uma fronteira seca e sem muros que une dois países, o Brasil e o Uruguai. Entretanto, diversos casos de violência de gênero ocorridos neste chão já levantaram inúmeras questões, *para quem de fato é esta paz? Existe paz para as mulheres e meninas santanenses?* (COSTA, 2020).

Nesta mesma linha de pensamento, diversos estudos sobre o enfrentamento da violência de gênero foram sendo feitos na medida em que os movimentos de mulheres e movimentos feministas foram crescendo no Brasil a partir da década de 1970 (SILVA, 2000). É importante destacar que nem todos os movimentos de mulheres são estruturados através do ideário feminista. Entretanto, a trajetória de luta dos movimentos feministas teve uma contribuição central para que mulheres pudessem se mobilizar, se organizar e lutar por suas questões no âmbito da sociedade civil, como também em interação com o Estado (CAMPOS, 2017).

Nesta mesma década, avançaram as lutas por políticas públicas para mulheres no Brasil, período que ficou marcado pelas reivindicações do movimento feminista na participação nos processos de decisão do país, buscando reformas na agenda política do governo (MENDONÇA; SANTOS, 2018).

Essas reivindicações marcadas no tempo levaram-me à decisão do tema deste artigo: políticas públicas de gênero. Para tanto, uma agenda política de gênero que não fique apenas no campo da violência contra as mulheres, mas que pense, analise e execute políticas públicas para as mulheres em demais áreas da esfera social - Áreas de Saúde, Segurança, Trabalho e

Renda, Assistência Social e Inclusão Social - tendo como ponto indispensável às mulheres residentes do Município de Santana do Livramento não apenas como beneficiárias passivas de políticas assistencialistas, mas sim, tendo-as como agentes ativas de mudanças e participes de ações políticas nessas áreas (OLIVEIRA, 2017).

Nesta pesquisa, proponho uma inversão de ordem, trago as mulheres como protagonistas e detentoras do poder de participação nas políticas públicas e não apenas como as “prendas”, mulheres belas, que trazem encanto à tradição e à sociedade, mas que não ocupam os espaços que lhe são negados, como sinalizado por Almeida e Grossi (2019). Nesse sentido, para que tal ação seja feita, este artigo buscou responder a seguinte questão de pesquisa: **Como o Poder Público do Município de Santana do Livramento organiza as políticas públicas de gênero segundo a ótica de mulheres santanenses?**

No intuito de responder essa pergunta de pesquisa, tomei como objetivo deste artigo: analisar como o Poder Público do Município de Santana do Livramento organiza suas políticas públicas de gênero na percepção de mulheres santanenses. Entretanto, para atingir tal objetivo delimitei os seguintes objetivos específicos: a) identificar as políticas públicas voltadas para mulheres existentes nas Áreas de Saúde, Segurança, Assistência Social e Inclusão Social e Trabalho e Renda no Município de Santana do Livramento; b) descrever como essas políticas públicas são executadas a partir das vivências da pesquisadora e demais mulheres santanenses; c) analisar lacunas na execução dessas políticas, incorporando-as em uma Agenda Política Feminista.

Esse estudo se torna relevante, pois ainda são escassas as pesquisas sobre o uso de agenda feminista na plenitude de ações para todas as esferas sociais em que as mulheres ocupam. Dos estudos existentes, o de Nunes (2017) destaca a implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres em diferentes contextos, buscando compreender como essas políticas públicas podem ser implementadas em municípios de pequeno porte. Já o estudo de Mansur, Cursino e Teodósio (2019) analisa políticas públicas para mulheres na área da saúde, investigando a influência do movimento feminista na construção do PAISM (Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher), uma das principais políticas públicas voltadas às questões de gênero no Brasil. Por conseguinte, estudos como o de Marcondes, Diniz e Farah (2018), investigam os significados atribuídos à transversalidade, focalizando a estruturação da política para mulheres e igualdade de gênero no Executivo Federal.

No que tange diretamente a agenda feminista, encontra-se escassos estudos sobre a influência da agenda feminista nas relações internacionais, levantando questões de gênero na diplomacia (LENINE *et al.*, 2022). Assim como, o estudo de Gonçalves (2018) traz a importância de um ator relevante como a Organização das Nações Unidas (ONU) adotar as pautas feministas em sua agenda oficial, passando a promover igualdade de gênero em nível internacional. Assemelha-se à discussão, Oliveira (2017) que analisa a agenda de gênero nas políticas públicas do Brasil, a partir da trajetória de movimentos feministas e de mulheres.

Contudo, esse estudo se torna relevante, pois ainda são poucos os estudos sobre agendas feministas em municípios do interior do Brasil, tal como Santana do Livramento, onde se encontram diversos tipos de violências de gênero, que perpetuam as relações de dominação patriarcal de forma intencional e histórica nesse território, como sinalizado por Costa (2020). Sendo assim, tornam-se necessários estudos com essa temática para que as mulheres que aqui residem possam não só tomar conhecimento das políticas públicas, mas também possam ser agentes de participação e tomadoras de decisão junto ao poder público. Assim, esse estudo também se justifica pela contribuição acadêmica na discussão da temática, trazendo questões a serem repensadas na gestão pública local, levando em conta a percepção das mulheres sobre a implementação e formulação de políticas públicas, somando-se aos poucos estudos existentes desta temática.

2. Referencial Teórico

Este capítulo está dividido em dois tópicos, a saber: o primeiro remete a Políticas públicas: processos e práticas de formulação e execução, enquanto o segundo tópico, aborda Feminismos e ativismo feminista na construção de políticas públicas.

2.1 Políticas públicas: processos e práticas de formulação e execução

Na década de 1980, o estudo das políticas públicas chegou a ser a área mais importante da administração pública, usando conceitos das diversas ciências sociais em conjunto da percepção de complexos elementos, no seu processo de formulação, podendo resumir a construção das políticas públicas, ao resultado de três grandes atores, tais como: políticos, grupos de interesse e burocratas superiores da administração pública (BILHIM, 2016).

Enquanto área do conhecimento, a política pública, primeiramente ligada a uma subárea da Ciência Política, tem origem nos Estados Unidos da América - EUA na primeira metade do século XX e envolve um espectro amplo de temas, procurando entender e formular questões científicas, como também, compreender as razões pelas quais os governos escolhem determinadas ações para executar medidas empíricas (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015). Acompanhada de uma série de fatores, questões e grupos que devem ser observados, Agum, Riscado e Menezes (2015) ainda alegam que, a política pública pode ser definida como um campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação, e que por meio da formulação e implementação dessas ações de políticas públicas que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e atividades para gerar resultados e mudanças no mundo real.

Capella (2018) sinaliza que no processo de formulação de políticas públicas estão envolvidos dois elementos chaves: a definição da agenda e a definição de alternativas. Enquanto a definição da agenda envolve o direcionamento da atenção em torno de questões ou problemas específicos, a definição de alternativas é a exploração e o desenho de um plano possível para a ação, sendo assim, tanto a agenda quanto às alternativas são definidas em uma complexa combinação de instituições e atores, envolvendo elementos técnicos e políticos. Nesta perspectiva, Capella (2018) ainda explica que, além dos inúmeros fatores técnicos envolvidos na tomada de decisão de quais temas irão fazer parte de uma agenda política de governo, existem também fatores políticos – pressão de movimentos sociais, mídia, partidos políticos, entre outros – que envolvem uma complexa disputa para definir quais temas merecem a atenção do governo.

Políticas públicas são frutos de processos políticos e sociais, por meio desses processos se definem os problemas que merecem a atenção pública, e de que forma esses problemas serão solucionados. Além disso, a construção dessas políticas públicas depende dos resultados da interação entre atores políticos e sociais estratégicos, tais como: Movimentos sociais de mulheres, indígenas, negros, entre outros, que podem ser entendidos como tipos específicos de atores/redes que se inserem nos processos da políticas públicas, disputando seus resultados (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018).

Nesta mesma linha de pensamento, Secchi (2016) alega que, políticas públicas estão para resolver problemas públicos que existem em diversas áreas, como: áreas de educação, segurança, saúde, gestão pública, meio ambiente, saneamento, habitação, emprego e renda, previdência social, planejamento urbano, justiça e cidadania, assistência social, cultura e esporte, ciência, tecnologia e inovação, infraestrutura e transportes, entre muitas outras áreas. Além disso, Secchi (2016, p. 5) complementa que a política pública “se materializa com

instrumentos concretos como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, entre muitos outros”.

Em contraponto, Oliveira, Barros e Souza (2010) reconhecem que as políticas públicas são de fato uma importante conquista da sociedade, e que por meio delas o Estado se organiza para atender as demandas apresentadas pelos grupos sociais. No entanto, tais políticas - desde a elaboração até a execução - não são neutras, demonstram as correlações de força estabelecidas na arena política e quando repetem a lógica patriarcal que desenhou a história até aqui, muito pouco contribuem para melhorar a qualidade de vida das mulheres. Portanto, Oliveira, Barros e Souza (2010) ainda contribuem que as políticas públicas para as mulheres só se tornam efetivas e garantidoras de direitos quando as próprias mulheres atuam como protagonistas e sujeitos de direito durante todo o processo.

2.2 Feminismos e ativismo feminista na construção de políticas públicas

Segundo Prá (2014), a difusão de um feminismo de alcance internacional deu palco de discussão para a defesa dos direitos humanos das mulheres e a sua transposição para cenários regionais e nacionais. Além disso, a almejada igualdade entre os sexos estimulou reconhecer as mulheres em um sistema universal de promoção e proteção dos direitos humanos a partir da Carta das Nações Unidas em 1945 e da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

Pode-se ler em Campos (2017) que as atuações do movimento feminista abriu possibilidades e oportunidades para que mulheres das mais diversas camadas sociais pudessem obter seus direitos de participação política e social, aproveitando cenários de oportunidades políticas favoráveis, os movimentos feministas abriram portas para que as questões levantadas pelas mulheres adentrassem a agenda pública por meio de ativismos, ações de contestação e interação com o Estado. Além do mais, impulsionadas pelo movimento feminista, as mulheres se organizaram coletivamente e se mobilizaram, tanto em protestos e manifestações, quanto em conselhos, fóruns e conferências de instâncias participativas institucionalizadas, buscando inserir suas demandas e reivindicações na construção das políticas públicas (CAMPOS, 2017).

No Brasil, as primeiras manifestações feministas começaram acontecer por influência do movimento sufragista, que teve sua ascensão no Reino Unido no final do século XIX, quando as mulheres na Inglaterra organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. Nesse sentido, influenciadas por mulheres europeias, as sufragistas brasileiras tornaram o feminismo público no país por meio da luta pelo voto feminino, fizeram campanha pública e em 1927 levaram um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito ao voto às mulheres e em 1932, quando é promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro, as mulheres brasileiras conquistam o direito ao voto (PINTO, 2010).

Para Sarti (1988), mesmo que iniciado por mulheres de classe média, o feminismo expandiu-se até as camadas populares, consolidando-se como um movimento circular de mútua influência, e no Brasil, as feministas que se organizaram, em sua maioria vinculada às organizações e partidos de esquerda, atuaram politicamente em conjunto com as reivindicações femininas, como também, influenciaram e foram influenciadas pelas demandas das camadas populares, o resultado gerou muitas mudanças, dentre elas, mudanças no comportamento sexual e nos padrões de reprodução e fecundidade.

É a partir do ano 1970 que o movimento feministas ganha maior espaço no Brasil, nesse mesmo período o país passava por uma ditadura política que foi bastante questionada por movimentos estudantis, movimentos de operários e que originou as primeiras organizações das mulheres feministas. Diante de tal cenário, as mulheres passam a reivindicar

ao Estado o atendimento das necessidades básicas como creches, melhores salários, reclamam do custo de vida e unem-se contra a carestia (SILVA, 2000).

Na busca pela redemocratização, as mulheres feministas passam a defender ideias como a ampliação da cidadania e do direito à sexualidade. Tais reivindicações ampliam o movimento feminista atingindo em parte, as mulheres negras, as empregadas domésticas, trabalhadoras urbanas e rurais, as mulheres que sofriam abusos dos companheiros. Assim, com a redemocratização havia um sentimento de esperança entre as integrantes do movimento feminista de que as portas para a participação das mulheres na política estariam finalmente abertas (FRANCO, 2004).

De acordo com Farah *et al.* (2018) é nos anos de 1980 que as políticas públicas com recorte de gênero surgem no Brasil com a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983, logo após, foi criada a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher em 1985, em São Paulo. Ademais, também em 1983 a nível federal foi instituído o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, tal como em 1985, que é instituído o Conselho Nacional de Direito da Mulher. A Constituição Federal de 1988 consolidou várias conquistas que expressam a luta das mulheres, como: salários iguais para trabalhos iguais; licença-maternidade de 120 dias; licença-paternidade de 5 dias e aponta como um de seus princípios a igualdade entre homens e mulheres (PINTO; JUNIOR; LUZ, 2009).

Em 1990 o movimento feminista inicia uma nova fase, volta com toda força a debater “Conjuntura Política” no *V Encuentro Feminista Latinoamericano y Del Caribe*, na Argentina, por conseguinte, mulheres brasileiras que integravam as políticas, militantes e dirigentes partidárias discutiram como ampliar a visibilidade do movimento e a partir disso, houve uma transformação e delimitação de ações que foram planejadas e resultaram em políticas públicas (BRANDT; LAVARDA; LOZANO, 2017).

Uma das maiores conquistas de movimentos e mulheres feministas acontece com a criação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006), tal lei, trouxe pela primeira vez, o reconhecimento da mulher como parte lesada nos casos de violência de gênero e dava responsabilidade ao Estado de responder a esse crime, não através de mediação de conflitos no âmbito privado, mas de garantias de direitos às vítimas no âmbito público (KIPNIS-GUERRA, 2018). Tal Lei foi sancionada em decorrência dos anseios das entidades militantes em defesa dos direitos das mulheres, denominada “Lei Maria da Penha”, representa um marco na história da luta do movimento feminista contra a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil (CAVALCANTE, 2012).

Ainda é primordial apontar para as duas Conferências Nacionais para a Política da Mulher, ocorridas em 2005 e 2007, que mobilizaram mais de 3 000 mulheres e produziram alentados documentos de análise sobre a situação da mulher no Brasil, as conferências contaram com a participação de diversas feministas que lutavam por cada vez mais políticas públicas voltadas para mulheres (CAMPOS, 2017). Assim, seguiram-se as pautas das mulheres na construção de políticas públicas. De acordo com Nascimento e Ribeiro (2019), em 2013 foi instituída a Secretaria de Política para as Mulheres fortalecendo as políticas de enfrentamento a violência contra as mulheres no Brasil, elaborando conceitos, normas e técnicas e estabelecendo ações e estratégias para a temática. Tal como, em 09 de março de 2015, que é promulgada pela Presidente da República Dilma Rousseff, a Lei do Femicídio, como é popularmente conhecida, define-se como lei qualificadora do crime de homicídio cometido contra as mulheres, em decorrência de violência doméstica e familiar.

Logo após as mudanças ocorridas no cenário político do país com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, iniciou-se no Brasil a “Primavera das mulheres” ou como também conhecida, a quarta onda do movimento feminista. Ademais, com ascensão das novas tecnologias, como internet e redes sociais, os movimentos feministas ganharam um novo fôlego, aprofundaram suas denúncias, ampliaram as militâncias, trouxeram para o debate

público a violência cotidiana e psicologia que atinge qualquer mulher e conseqüentemente conseguem estender o feminismo as esferas sociais, públicas e privadas (MAGALHÃES, 2017).

3. Percurso Metodológico

Tendo em vista que o objetivo geral deste estudo é analisar como o Poder Público do Município de Santana do Livramento organiza suas políticas públicas de gênero na percepção de mulheres santanenses, julgamos mais pertinente caracterizá-la com abordagem qualitativa de caráter exploratório.

Para Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa é um conjunto de práticas materiais que possibilitam interpretar o mundo e transformá-lo em uma série de representações. Ademais, na pesquisa qualitativa, os pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, com uma abordagem interpretativa do mundo. De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa possibilita que o pesquisador vá a campo estudar o fenômeno em questão, considerando a perspectiva das pessoas nele envolvidas e levando em conta todos os pontos de vista relevantes.

Quanto à natureza da pesquisa de caráter exploratório, Cervo, Bervian e Silva (2007) sinalizam que esse tipo de pesquisa estabelece um planejamento bastante flexível para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou situação. No entendimento de Gil (2008), pesquisas exploratórias são realizadas quando o tema escolhido é pouco explorado e muitas vezes constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla.

Por procurar dar vozes às mulheres santanenses e transformar suas falas e opiniões em informações relevantes para a formulação de políticas públicas no Município de Santana do Livramento, esse estudo se ampara no método de pesquisa participante. Brandão e Borges (2007) definem o método da pesquisa participante como uma investigação que se alinha em projetos de envolvimento e mútuo compromisso entre ações sociais de vocação popular. Além disso, ela coloca face a face agentes sociais “eruditos” (como um sociólogo, um educador ou uma ONG de Direitos Humanos, no caso deste estudo, a pesquisadora) e pessoas “populares” (aqui essas pessoas são mulheres de camadas sociais diversas, feministas, funcionárias públicas, donas de casa, meninas estudantes). Em linhas gerais, esse encontro entre erudito e popular parte “de diferentes possibilidades de relacionamentos entre os dois polos de atores sociais envolvidos, interativos e participantes” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 35).

Cabe aqui salientar que, neste estudo, pesquisa participante difere-se de observação participante. O método de pesquisa participante adotado não busca apenas observar para se tornar parte do fenômeno, como Cervo, Bervian e Silva (2007) conceituam a observação participante. Esse tipo de pesquisa visa observar a partir da vivência compartilhada com o grupo de investigação, sendo um membro parte dele, ou seja, falar sobre a realidade dessas mulheres, ao mesmo tempo em que se observa, vive-se e se fala sobre a realidade da pesquisadora, que é uma mulher santanense, feminista e carente dessas políticas públicas. Nas palavras de Brandão (2008, p. 2), na pesquisa participante “[...] se escreve sobre os outros através de um eu, ou de um nós. Mas vem a seguir um tempo em que se escreve também sobre um eu, ou um nós, através dos outros. Que uma direção não conspire contra a outra.”

Logo, como técnica de coleta de dados foi utilizada a pesquisa documental para investigar as leis, decretos e políticas públicas municipais já existentes ou implementadas em outras gestões passadas no Município. Segundo Cellard (2008), essa é uma técnica que possibilita realizar alguns tipos de reconstruções referentes a um passado relativamente distante, a análise de documentos escritos constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas Ciências Sociais.

Além disso, foi utilizada para realização deste estudo a técnica da entrevista narrativa. No entendimento de Alcará, Bortolin e Santos (2019, p. 45), a técnica de “Entrevista Narrativa permite maior liberdade de expressão, ocorrendo de forma individualizada e natural, possibilitando ao indivíduo expor seus pensamentos, experiências, vivências e sentimentos”. As entrevistas ocorreram com um roteiro semiestruturado composto por cinco perguntas sociodemográficas e sete perguntas abertas sobre o tema. O roteiro com as perguntas consta no Apêndice A. Quanto ao roteiro de entrevista semiestruturada, Silva e Russo (2019) explicitam que este roteiro é previamente elaborado, mas permite o surgimento de perguntas durante a interação entre o entrevistador e o entrevistado. Assim, as perguntas não podem limitar o entrevistador, deixando-o disposto a abandoná-las e adotar outras ao longo da entrevista. Os dados foram coletados a partir da realização de entrevistas narrativas com as seguintes mulheres santanenses descritas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Caracterização das mulheres santanenses entrevistadas

Entrevistada	Idade	Estado Civil	Nº de Filhos	Etnia	Escolaridade
Entrevistada A	21	Solteira	0	Preta	Cursando Ensino Superior
Entrevistada B	28	Solteira	0	Não sabe	Cursando Ensino Superior
Entrevistada C	21	Solteira	0	Preta	Cursando Ensino Superior
Entrevistada D	38	Solteira	0	Branca	Ensino Superior Completo
Entrevistada E	57	Casada	1	Branca	Ensino Superior Completo
Entrevistada F	51	Solteira	1	Branca	Ensino Médio Incompleto
Entrevistada G	29	Solteira	0	Preta	Ensino Técnico Completo
Entrevistada H	21	Solteira	1	Branca	Cursando Ensino Superior
Entrevistada I	22	Solteira	0	Parda	Ensino Médio Completo
Entrevistada J	17	Solteira	0	Preta	Cursando Ensino Médio
Entrevistada K	18	Solteira	0	Branca	Cursando Ensino Médio
Entrevistada L	22	Solteira	0	Preta	Cursando Ensino Superior

Fonte: Elaborado pela autora.

Essa pesquisa se atentou à noção de saturação teórica. Nessa técnica, o número de participantes é definido como a suspensão de inclusão de novos participantes, quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição, não sendo considerado produtivo persistir na coleta de dados (FALQUETO; HOFFMANN; FARIAS, 2019).

Quanto à análise e interpretação dos dados, a técnica adotada foi a análise interpretativa. Conforme Gil (2008), na pesquisa qualitativa, a análise interpretativa dos dados é seguida de três etapas: redução, exibição e conclusão/verificação. A redução dos dados consiste no processo de seleção e posterior simplificação dos resultados que aparecem nas notas redigidas no trabalho de campo.

Já a etapa de exibição consiste na organização dos achados selecionados de forma a possibilitar a análise das convergências e divergências e seu inter-relacionamento. Enquanto isso, a conclusão/verificação dos resultados para elaboração da conclusão, requer uma revisão para considerar o significado dos resultados, suas regularidades, padrões e explicações (GIL, 2008). Por conseguinte, Gil (2008) ainda complementa que para interpretar os resultados, o pesquisador necessita dos fundamentos teóricos e conhecimentos já acumulados em torno das questões abordadas para poder emitir seu posicionamento em relação aos resultados dialogados com a teoria.

4. Apresentação e análise dos resultados

Neste capítulo estão presentes os resultados coletados por meio da pesquisa documental e do encontro realizado entre a pesquisadora e as mulheres e meninas santanenses. Este encontro ocorreu por meio de aplicação de entrevistas narrativas a respeito das políticas públicas para as mulheres em Santana do Livramento, para que juntas, pesquisadoras, mulheres e meninas que residem neste município, possam ser agentes ativas na no processo de formulação e implementação de políticas públicas para mulheres.

4.1 Políticas Públicas para mulheres ofertadas pelo Poder Público Santanense - Saúde

Enquanto mulher, negra, nascida e criada em Santana do Livramento, durante meus 21 anos de vida muito pouco ouvi falar ou li a respeito de ações e projetos vindos do poder público para atender às minhas demandas, ou das mulheres do meu convívio. As raras informações que me chegavam eram através de alguns trabalhos da escola e campanhas de saúde. Para tanto, quando tomei este como meu tema de pesquisa, sabia que o primeiro e um dos principais passos seria realizar um levantamento acerca das políticas públicas para as mulheres existentes no meu município.

Aos 21 anos, terminando minha graduação, através da pesquisa documental descobri mais a fundo que na Área de Saúde, como política pública para a mulher, Santana do Livramento possui um Centro de Atendimento Especializado da Saúde da Mulher (SAE). Nele são realizados exames preventivos, consultas ginecológicas, encaminhamentos de mamografias e testes rápidos de doenças sexualmente transmissíveis. O Centro também realiza ações em escolas estaduais, municipais e universidades. Realiza também a distribuição de cartilhas informativas sobre a saúde de mulheres e meninas adolescentes, contendo temas como: saúde das mulheres em todas as fases da vida, nutrição feminina, primeira menstruação, chegada da menopausa e prevenção ao câncer de mama e colo do útero. Em uma segunda cartilha, essa específica para adolescentes, aborda-se temas a respeito dos métodos anticoncepcionais, gravidez na adolescência, aborto, ISTs e planejamento familiar.

No entanto, muito pouco das mulheres ouvidas nesta pesquisa conhecem ou já utilizaram os atendimentos proporcionados ou quaisquer das ações utilizadas para descentralizar o atendimento. As mulheres que conhecem e já utilizaram os serviços ofertados pelo Centro de Atendimento Especializado da Saúde da Mulher possuem algumas ressalvas. Nesse sentido, a Entrevistada L argumenta:

[...] O Saúde da Mulher, acho que atende bem, mas eu acho muito demorado entre uma consulta e outra, e também eu vejo que é um pouco burocrático pra ti conseguir

chegar no Saúde da Mulher né? Porque tu tem que passar no posto antes, e às vezes tu não consegue consulta... Então eu acho que isso atrapalha bastante.

Em consonância, a Entrevistada J comenta:

O Saúde da mulher eu já utilizei, acho que esse foi o principal. E sim, recebi um tratamento adequado, mas depois a profissional acabou saindo e agora eu estou esperando novamente e acho que só no ano que vem. O procedimento lá é bem demorado.

Como visto, a demora nos atendimentos é a principal reivindicação das mulheres ouvidas. O Saúde da Mulher (SAE), como é popularmente conhecido, atua mais especificamente com o atendimento secundário, as mulheres que chegam até o centro são em maioria encaminhadas pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) localizadas nos bairros da cidade, quando essas UBSs não possuem o atendimento procurado. A Entrevistada A conta que já procurou atendimento ginecológico na UBS da sua região, no entanto, ela não teve seu problema resolvido. Ela explica:

Não tive meu problema resolvido. Tem um atraso entre, tipo, tu fazer um exame e ter uma resposta do exame. E se tu não tem nada, eles nem entram em contato contigo pra dizer que tu não tem nada, então tu sempre vai ficar no aguardo assim... de alguma coisa, de alguma resposta, mas não tem.

Seguindo esta linha de pensamento, a Entrevistada C, que já procurou assistência ginecológica e não encontrou na UBS reivindica: “Eu acho que deveria ter ginecologista disponível no SUS, que não seja só para grávidas”. Tanto a Entrevistada A quanto a Entrevistada C procuraram por atendimento ginecológico na UBS dos seus respectivos bairros e não foram informadas pelos profissionais de saúde da existência do SAE. De acordo com o Plano Municipal de Saúde 2022/2025 de Santana do Livramento, o SAE deveria ser o principal provedor de serviço ginecológico especializado, gratuito e de qualidade no Município.

Mesmo possuindo algumas falhas no seu processo de execução, o que torna o atendimento muito demorado, o Centro de Atendimento Especializado da Saúde da Mulher (SAE) existe, e recentemente ele está localizado na Rua Jacinto Moreira, prédio anexado a UBS da Rua Daltro Filho, com atendimento ao público das 07h30min às 13h30min, mais informações a respeito dos serviços disponíveis podem ser encontrados no telefone (55) 3968-1199.

4.2 Políticas Públicas para mulheres ofertadas pelo Poder Público Santanense - Segurança Pública

Segundo dados da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, no ano de 2022, em Santana do Livramento tiveram 265 mulheres vítimas de ameaça, 172 mulheres sofreram lesão corporal e foram registradas duas tentativas de feminicídio, seguidos de um feminicídio consumado. Dados a respeito de casos de estupro e assédio sexual não foram disponibilizados pela base de dados. Nesta linha de pensamento, lembro-me que desde criança me choco quando um caso de violência contra as mulheres vem à tona. Recordo-me mais ainda das vezes em que ouvi que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Tal frase remete-se a uma cultura machista que alega que as violências ocorridas no meio familiar, devem ser tratadas no âmbito privado, sem interferência pública.

No entanto, pertinente cultura vem sendo questionada pelos movimentos feministas no Brasil, como mais especificamente, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Em

1970, impulsionadas pelo lema “O individual é político” que estava em ascensão na França, um movimento feminista porto-alegrense chamado Costela de Adão, elaborou uma cartilha que evidenciava que as opressões e violências sofridas pelas mulheres eram frutos das relações construídas entre os indivíduos na família, na escola, na comunidade e em todas as esferas da sociedade. Portanto, defendiam a necessidade de inserir as questões específicas das mulheres e suas vivências individuais no plano da política (MÉNDEZ, 2005).

Nesta perspectiva, enquanto uma mulher feminista, influenciada e inspirada por essas que vieram antes e lapidaram um difícil caminho para que eu possa ocupar um espaço mais livre na sociedade nos dias de hoje, acredito fielmente que as questões das mulheres são, sim, questões pertinentes à esfera política. Para tanto, evidenciar quais mecanismos e ferramentas de política pública que Santana do Livramento possui para tratar das violências sofridas pelas mulheres santanenses, é ponto indispensável nesta pesquisa.

Sendo assim, ainda de acordo com a Segurança Pública do Rio Grande do Sul, em Santana do Livramento, a Delegacia Policial de Pronto Atendimento – DPPA possui a *Sala das Margaridas*. Tal sala é um espaço reservado, discreto e acolhedor, que tem como objetivo o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Está disponível para que as mulheres possam ser ouvidas em seus depoimentos ou efetuar denúncias. A DPPA está localizada na rua Av. João Belchior Goulart, 749-799 no Centro de Santana do Livramento. Seu plantão é de 24h, mais informações podem ser respondidas pelo telefone: (55) 3242-1860.

O Município também conta com a *Sala Lilás* que está localizada no Instituto Geral de Perícias – IGP, órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública. A Sala Lilás é um espaço de acolhimento que tem o objetivo de oferecer um atendimento especializado à mulher vítima de violência física e sexual. No entanto, o serviço é secundário, as vítimas que chegam até a Sala Lilás são encaminhadas pela DPPA ou pelo hospital, locais geralmente que as vítimas procuram em primeiro momento. A Sala está localizada na Rua Silveira Martins, nº 336 e o telefone para mais informações é (55) 3241-3904.

A Patrulha Maria da Penha também se faz presente em Santana do Livramento. Com sua implementação em 2014, a Brigada Militar trabalha para que a Lei Maria da Penha (11.340/06) seja devidamente cumprida. A Patrulha fiscaliza o cumprimento da medida protetiva de urgência, solicitada pelas vítimas de violência doméstica e com viaturas identificadas e PMs capacitados, faz visitas regulares à casa da vítima e presta o atendimento no pós-delito.

Para Spaniol e Grossi (2014), a entrada em vigor da Lei Maria da Penha (11.340/06) representou uma grande mudança na forma como o Estado passou a tratar as questões de violência doméstica; questões estas que, a partir do início da vigência deste diploma legal, passaram a ser tratadas com maior rigor penal no Brasil, destacando que o Estado do Rio Grande do Sul, que sempre apresentou altos índices de violência de gênero, foi o último que aderiu ao Pacto Nacional de enfrentamento à violência contra a mulher. A denúncia para a Brigada Militar pode ser feita através de ligação telefônica ao número 190, com atendimento local, ou para o número 180. Apesar de todas essas ações de Segurança, quando citado sobre o conhecimento da Patrulha Maria da Penha e a devida aplicação da Lei no município, a Entrevistada H comenta:

[...] Eu acredito que em alguns casos ela é muito bem executada e em outros casos eu acho que ela deixa a desejar. Eu acho que ela poderia dar um amparo maior psicologicamente, porque a vítima quando passa por isso, ela revê todo o processo... e na parte judicial ela é muito bem executada, mas na parte psicológica deixa um pouco a desejar.

Em relação a essa falta de amparo psicológico citado, a Entrevistada E discorre sobre as políticas públicas de enfrentamento a violência e a Sala Lilás:

[...] Pra te dizer, em Livramento a gente tem muitas coisas boas, mas poucas divulgadas e poucas realmente sendo trabalhadas como deveriam ser. Por exemplo, a Sala Lilás, que é o local de acolhimento das mulheres que tem na Rua Silveira Martins, esquina com a Vasco Alves, seria um local que no papel está perfeito, só que na realidade não existe. Ali teria o acolhimento por uma psicóloga, até com médicos, o que tu precisaria como mulher que foi vítima de violência poderia se dirigir ali, mas não é utilizado. Assim como, a Delegacia de Mulheres que deveria ter em Livramento, mas não tem, tem o acolhimento pela Delegada Giovana, na Delegacia de Polícia que é um pouco melhor porque geralmente tu é acolhida pelos homens, mal tratada e as mulheres saem dali arrasadas [...].

A falta de uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) é uma lacuna importante nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Município. É importante mencionar que nas DEAMs, as beneficiárias diretas do serviço são todas as mulheres em situação de violência de gênero, e não somente aos crimes de violência doméstica e familiar nos termos da Lei Maria da Penha. Portanto, há a importância do atendimento ser conduzido por profissionais previamente capacitados em violência de gênero (OLIVEIRA; GHISI, 2019). Nessa linha de pensamento, a Entrevistada E ainda complementa o que falta para que a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres se fortaleça:

Eu acho que pra começar, falta uma casa de acolhimento para as mulheres, porque as mulheres são vítimas de violência em todas as classes sociais, não é só na “pobreza” como a gente diz, não é só lá no bairro. Tem muitas mulheres vítimas de violência de alto padrão, que se submetem geralmente para não mostrarem a realidade, mas a gente sabe que acontece e acontece muito.

Apesar de no Plano Plurianual - PPA (2022-2025) de Santana do Livramento, que é o principal instrumento de Planejamento Governamental para ação do Governo Municipal na implementação das políticas públicas, constar uma Casa de Passagem para mulheres vítimas de violência, não há indícios de que esta casa esteja em funcionamento ou com previsão de implementação pela gestão atual do município. Em adesão à discussão sobre políticas públicas para as mulheres na área de Segurança Pública, quando questionada em que área sentia mais falta da atenção do poder público, a Entrevistada K, reclama da falta de segurança no ir e vir das meninas adolescentes:

Eu acho que em questão de segurança, acho que é o principal! Um exemplo, uma colega minha estava voltando da academia quando um cara simplesmente pegou e parou ela de moto, e a polícia passou e tipo, não fez nada. A impressão que eu tenho é que eles não querem um compromisso maior, é como se fosse “ah, vamos fingir que é algo natural”, eles não querem esse compromisso.

De acordo com a pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Patrícia Galvão no ano de 2022, cerca de 45% das mulheres brasileiras já tiveram o seu corpo tocado sem consentimento em locais públicos, 41% foram xingadas ou agredidas por dizerem “não” a uma pessoa que estava interessada nelas e 35% passaram por situação de importunação/assédio sexual no transporte público. Tais dados evidenciam como a segurança das mulheres e meninas em vias públicas ainda é muito débil no país.

4.3 Políticas Públicas para mulheres ofertadas pelo Poder Público Santanense - Assistência e Inclusão Social

Para atender às demandas das mulheres santanenses na área de Assistência e Inclusão Social, o Município conta com um Centro de Referência da Mulher. De acordo com

o estudo de Oliveira e Leal (2016), os Centros de Referência de Atendimento à Mulher contribuem para a prevenção e enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, buscando romper com o ciclo de violência, trabalhando sua cidadania, realizando acolhimento e atendimento de forma multiprofissional e articulando a rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

Nesta finalidade, o Centro de Referência da Mulher Professora Deise (CRM) de Santana do Livramento, presta atendimento e suporte psicológico, social e jurídico, que podem ser individuais ou em grupo. Conforme informações que coletei do estudo de Costa (2020), o CRM vem ativo desde o ano de 2017, porém, enfrentando dificuldades, quase foi desmantelado em 2018. Tais informações demonstram que mesmo existindo o CRM, a política de acolhimento e amparo psicológico às mulheres ainda é muito frágil em Santana do Livramento.

A parte de auxílio psicológico nas vidas das mulheres vítimas de violência física e sexual no Município é uma das reivindicações mais citadas pelas entrevistadas desta pesquisa. Nesse sentido, a Entrevistada I argumenta: “Eu acho que faltam políticas na parte de abuso, porque eu não sei se existe algum apoio psicológico, principalmente nessa parte. Algum grupo que trate essas mulheres dê suporte, algum parecer e ajudem elas de alguma maneira”. Já a Entrevistada H comenta que o auxílio psicológico é fundamental em todas as fases da vida: “[...] eu acho que a mulher precisa de um amparo psicológico, a mulher precisa de um amparo emocional na vida, na questão do trabalho, na questão de relacionamento, de tudo”.

Para tanto, o CRM deveria ser o principal meio de assistência psicossocial das mulheres santanenses, principalmente, as vítimas de violência. Segundo Hanada, D’Oliveira e Schraiber (2010), a violência demanda ações de orientação e assistência jurídica (para situações de separação, disputa de guarda dos filhos, orientações acerca dos direitos sobre bens), assistência policial (para denúncia de crimes, registro de queixas, proteção em situações de risco, retirada do agressor da casa), assistência social (para orientações sobre benefícios que auxiliem a melhoria na condição de vida e/ ou que contribuam para o enfrentamento da violência) e psicossocial (para a elaboração da situação familiar violenta e a construção de novos projetos de vida e de padrão de relação afetiva).

No entanto, a Entrevistada E comenta que, embora o Centro de Referência da Mulher seja de fato muito importante para as mulheres vítimas de violência, ele também possui falhas no seu processo de execução. A Entrevistada E complementa que:

[...] as mulheres que vão ao centro de referência da mulher, quando tem uma advogada, quando tem um acompanhamento, é um pouquinho melhor o tratamento, mas a equipe nunca está completa, é muito difícil tá completa lá no Centro de Referência da Mulher.

Nesta fala, a Entrevistada E se refere ao ano de 2017, ano em que ela trabalhou na Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher e acompanhou de perto os problemas enfrentados pelo CRM. Agora, no ano de 2022, procurei visitar o Centro de Referência da Mulher para saber se esse problema crucial de não conseguir manter uma equipe completa para atender as demandas das mulheres santanenses permanecia. Acabei por obter como resposta algo positivo. Nos últimos anos, o CRM tem trabalhado com uma equipe completa, composta por Advogada, Assistente Social e Psicóloga e teve um trabalho bastante ativo no ano de 2022.

Segundo informações disponibilizadas pelo próprio CRM, no ano de 2022 foram realizados 124 cadastros de mulheres santanenses, 720 atendimentos jurídicos, 640 atendimentos psicossociais, 550 atendimentos psicológicos, 128 visitas domiciliares, 120 atividades de prevenção e 6 mulheres em situações de risco foram encaminhadas para casas de abrigo em outras cidades, devido ao fato de Santana do Livramento não possuir uma casa

de acolhimento para mulheres. Ao total, foram realizados 2.038 atendimentos pelo Centro de Referência da Mulher, o quadro que é a fonte dessas informações está no Anexo A desta pesquisa.

Contudo, o CRM já passou por algumas turbulências em gestões passadas, porém agora vem sendo estruturado. Lutemos para que os problemas de continuidade de gestão não venham cair sobre o centro futuramente. Para fins de informação, o CRM pode ser encontrado na Rua dos Andradas, nº1157, mais informações através do fone (55) 3968-1032 e no Whatsapp (55) 98429-2083.

4.4 Políticas Públicas para mulheres ofertadas pelo Poder Público Santanense - Trabalho e Renda

Ao discutir sobre o aumento e visibilidade das políticas públicas para mulheres na contemporaneidade, é necessário salientar que este processo decorre das lutas de mulheres e feministas na busca de reconhecimento de direitos e atenção sobre assuntos peculiares que incidem diretamente nas vidas das mulheres. Assuntos como desigualdade salarial entre os gêneros, desigualdade racial entre as mulheres no mercado de trabalho, dupla jornada de trabalho, entre outros, são assuntos levantados pelas mulheres feministas de diversas vertentes, em diferentes épocas e contextos históricos (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

O intenso processo de mudanças no mundo do trabalho tem gerado uma precarização dos postos laborais, evidenciado na instabilidade dos empregos, na informalização, no trabalho subcontratado e em tempo parcial. Essas mudanças têm repercutido fortemente sobre as mulheres, que são as que mais sofrem com esse processo. O crescimento do desemprego, o aumento dos postos de trabalho de subcontratação, temporário, com jornada parcial e com menores rendimentos concentram, principalmente, a mão de obra feminina (NASCIMENTO, 2016).

Seguindo essa linha de pensamento, é nesse contexto que se vale a importância de mecanismo e ferramentas governamentais que promovam a inserção da mulher no mercado de trabalho de forma digna e qualificada, com a finalidade de incentivar a autonomia econômica das mulheres, principalmente, mulheres que sofrem violência no meio familiar e não conseguem se desvencilhar do ciclo de violência pela dependência financeira. Para tanto, na opinião da Entrevistada D, essa é uma das principais falhas da gestão pública do município para com as mulheres santanenses. Ela argumenta:

Eu acho que aqui faltam mais oficinas para desenvolver, ofertar cursos né, ofertar coisas para que elas, por exemplo, no caso de alguma das mulheres que saem de algum relacionamento agressivo, ou alguma coisa assim, que elas tenham alguma fonte de renda, até pra se independizar financeiramente, pra depois também se independizar emocionalmente né. E trabalhar mais isso, nesse sentido de oportunidade para as mulheres.

Nesta perspectiva, o estudo de Cerqueira, Moura e Pasinato (2019) evidencia que mesmo que o fator financeiro não seja o único fator dificultoso para romper o ciclo de violência, ainda sim, mulheres com maior autonomia financeira possuem mais influência e voz dentro dos relacionamentos. Em consonância, a Entrevistada E complementa:

Tem que fazer com que as mulheres saibam dos direitos que tem, mas também oferecer alguma coisa a elas para que elas possam se qualificar, e possam sair daquele ciclo vicioso, de tomar “pau” hoje mas não tem o que comer e voltam pra casa amanhã, porque tem os filhos pro “maravilhoso” sustentar né... Então, em primeiro lugar teria que conseguir qualificar as mulheres e ajudá-las a saírem desse ciclo.

Contudo, após a análise do Plano Plurianual - PPA (2022-2025) de Santana do Livramento, não identifiquei programas e projetos temáticos de governo relacionados ao empreendedorismo feminino ou qualificação profissional para mulheres em plena execução no município. No entanto, a gestão municipal busca apoiar e incentivar os projetos provenientes da sociedade civil e instituições de educação.

Em 2022, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSUL) de Santana do Livramento iniciou um curso de Formação Inicial Continuada (FIC), em Empreendedorismo Digital através do Projeto Gestar. Tal projeto tem como objetivo capacitar mulheres grávidas que desejam trabalhar de casa e utilizando o celular. O Gestar contou com a parceria do Centro de Referência da Mulher de Santana do Livramento e com a Secretaria de Assistência Social e Inclusão Social. A equipe do Centro de Atendimento Especializado da Saúde da Mulher (SAE) também se fez presente durante o curso, oferecendo palestras sobre a saúde materna e gestacional.

4.5 Para uma Agenda Política Feminista

Como já mencionado neste estudo, políticas públicas estão para atender demandas de questões sociais, porém, para que isso ocorra primeiro essas questões sociais precisam fazer parte da Agenda de políticas públicas. Para Rosa, Lima e Aguiar (2021, p. 48), podemos definir a agenda como: o “momento em que situações percebidas como indesejáveis são transformadas em problemas sociais e disputam a atenção de atores que detêm os recursos para formular e implementar políticas públicas.”

Dessa forma, atores sociais podem agir de forma coordenada para influenciar as políticas públicas e assim adentrar na agenda, construindo alianças e parcerias que potencializam seus recursos de poder e diversificam seus repertórios de ação (ROSA; LIMA; AGUIAR, 2021).

Deste modo, chegamos ao ponto principal dessa pesquisa, onde exponho os resultados de meu encontro (mulher santanense, feminista e pesquisadora) com as demais mulheres santanenses, e juntas procuramos analisar e reivindicar os processos de execução e implementação, a fim de demonstrar as lacunas existentes e consequentemente promover a transversalidade de gênero nas políticas públicas de Santana do Livramento.

Para não perder de vista o principal viés deste estudo, que é ter a percepção das mulheres santanenses como principal ferramenta, logo após declararem em que área sentiam mais falta de ação do governo municipal, perguntei às entrevistadas de que forma elas gostariam que tais ações fossem implementadas. Sendo assim, a Entrevistada B respondeu:

Primeiro é focar num grupo alvo, começar com um grupo pequeno ou grupo alvo tipo, as mulheres que estão em extrema vulnerabilidade socioeconômica, começaria assim... Partiria desse princípio e aí depois iria para mulheres com questões econômicas tipo, em melhores condições [...].

Já a Entrevistada D ressalta que a violência doméstica não é apenas um problema das mulheres em zona de vulnerabilidade social, tal problema atinge diversas camadas sociais e, portanto, ações de prevenção também precisam ser difundidas em todos os meios de convívio, como os órgãos públicos. Em sua resposta ela alega:

Precisamos de mais atividades também que envolvam, por exemplo, um grupo da sociedade, por exemplo... Que atinja vários pontos da sociedade, tipo: funcionários públicos, porque nos casos relacionados às mulheres que são vítimas de violência, eu acho que isso não é só uma coisa do pessoal de baixa renda, isso é um problema que atinge toda a classe social, então eu acho que deveriam trabalhar em vários

grupos, espalhar mais, não ficar focado só nas comunidades... digamos assim “nas vilas”, e sim, mais em outros lugares da cidade, tipo: os órgãos públicos [...].

Enquanto isso, a Entrevistada I chama atenção para o fato de que as escolas são fundamentais para disseminação de uma cultura menos violenta, machista e patriarcal. Seria importante que desde a educação básica nossas crianças possam saber denunciar situações violentas e, assim, estarem mais protegidas. Ela ressalta:

Eu acho que falta serem implementadas (políticas públicas) nas escolas, tudo começa na fase onde as crianças estão começando a formar as opiniões delas e entenderem também que se elas passarem por alguma situação ruim, a quem elas podem recorrer. Desde cedo eu acho que isso já deveria ser implementado.

Um dos desafios apontados frequentemente pelos movimentos feministas é exatamente melhorar a atuação política, organizativa, mobilizadora e técnica para a implementação e aperfeiçoamento de políticas públicas que assegurem os direitos das mulheres (OLIVEIRA; BARROS; SOUZA, 2010).

Então, procurando alinhar esses desafios com o propósito de ter as mulheres santanenses como partícipes ativas no processo de políticas públicas, perguntei às minhas entrevistadas, o que segundo elas, falta para que suas reivindicações sejam executadas ou ao menos ouvidas. A Entrevistada F responde: “Falta interesse público né, interesse da prefeitura, interesse dos vereadores, dos políticos de Livramento.” Em consonância a essa resposta a Entrevistada G comenta: “Se tivesse um grupo, se tivesse lá dentro da prefeitura alguém que conseguisse fazer melhor isso seria ótimo, no caso, um líder”. De forma sucinta e breve, a Entrevistada E responde que o que falta para que as demandas das mulheres sejam atendidas é: “Vontade política!”.

Já caminhando para as participações finais das mulheres santanenses nesse estudo, ressalto a importância da fala da Entrevistada L que chama atenção para os problemas de continuidade de gestão que são persistentes em Santana do Livramento e são prejudiciais para duração dos programas e projetos voltados para a sociedade. Ela explica:

Eu acho que falta às pessoas pensarem, tanto os legisladores quanto a parte executiva, acho que falta eles terem um olhar da população e não do cargo deles. Acho que eles têm que pensar no que fica e não ficar pensando no que eles podem fazer para dois ou três anos, porque política pública é uma coisa que demora, leva um tempo até ela se firmar no espaço em que ela vai ser implementada, então falta esse senso de continuidade para que esses projetos tenham um começo, tenham um meio e que se tudo der certo, não tenham um fim. Porque essa é a ideia, mesmo que vá ser um projeto criado para tempo determinado, que seja um tempo longo, que dê tempo pra dar um resultado efetivo.

Por fim, termino este capítulo com a resposta da Entrevistada J, ela comenta que o que falta para as políticas públicas voltadas para mulheres serem melhor implementadas no município é: “Pulso firme dos que estão no poder, dos que têm mais autoridade, e também tipo, nós mesmas correremos atrás né? Acaba que às vezes a gente não usa a nossa voz e a nossa voz tem muita força! Então se a gente se juntar, talvez dê certo”. Dessa forma, trago a Agenda Política Feminista do município de Santana do Livramento como porta voz dessas mulheres, que em parceria comigo, realizaram esse estudo.

4.5.1 Agenda Política Feminista e ações sugeridas para a gestão municipal

Após inúmeras reivindicações ouvidas por 12 mulheres santanenses diferentes, trago neste último tópico, uma mescla dos resultados desta pesquisa e de instrumentos e

ferramentas da área da gestão pública, para que gestores do poder público executivo e legislativo, tenham um norte de como fortalecer as políticas públicas para as mulheres em Santana do Livramento.

Sendo assim, apresento a Agenda Política Feminista, uma agenda que tem como principal ferramenta de formulação as próprias mulheres residentes do município, que buscam aumentar o comprometimento da Gestão Pública Municipal com as políticas públicas de gênero santanenses, salientando a importância dos recortes de raça, gênero, classe, orientação sexual e regionalidade. Por tanto, a nossa Agenda Feminista sugere ações para a gestão municipal pautadas nos seguintes eixos:

Eixo I: Organismos Governamentais de Políticas para Mulheres - OPM

- Instituir no município Organismos Governamentais de Políticas Públicas para Mulheres efetivos, como a criação de uma Secretaria de Políticas para as Mulheres ou, no caso de impossibilidade, estar vinculado diretamente ao Gabinete da(o) Prefeita(o);
- Elaborar o Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres;
- Possuir Gestores Públicos qualificados a fim de buscar a celebração de convênios com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - SNPM.

Eixo II: Fortalecer a rede de Atendimento a Saúde das Mulheres Santanenses

a) Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres e Meninas Santanenses

- Agilizar o trabalho do Centro de Atendimento Especializado da Saúde da Mulher - SAE, a fim de diminuir as filas de espera;
- Disponibilizar ao menos um ginecologista para cada UBS localizadas nos bairros;
- Ampliar as ações nas Escolas Municipais e Estaduais com cartilhas sobre a saúde das Mulheres e Meninas, Saúde Reprodutiva, Sexo Seguro, Planejamento Familiar e demais assuntos relacionados à saúde;
- Ampliar as campanhas do Outubro Rosa para que atinja as mulheres periféricas e rurais.

b) Saúde das Mulheres Negras Santanenses

- Estabelecer uma sede para o Comitê de Saúde da População Negra;
- Dialogar e reconhecer as demandas de saúde das mulheres negras santanenses;
- Possuir indicadores nas UBSs para acompanhar o nível de saúde das mulheres negras;
- Promover ações de saúde sobre a prevenção a Anemia Falciforme e demais doenças que atingem em maioria, mulheres negras;
- Promover seminários e conferências de Políticas Públicas de Saúde com a participação de movimentos sociais existentes em Santana do Livramento, bem como: Movimento de Mulheres Negras Santanenses, Associação Remanescentes de Quilombo Ibicuí da Armada, Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas- Neabi (UNIPAMPA).

c) Saúde das Mulheres LGBTQIA+

- Criar um Conselho Municipal de Saúde da População LGBTQIA+;
- Fomentar e ampliar as campanhas nas escolas municipais e estaduais sobre a saúde das mulheres LGBTQIA+;
- Ampliar e estabelecer as ações de saúde para a população LGBTQIA+ do Centro de Atendimento Especializado da Saúde da Mulher - SAE;

- Aproximar as ações e campanhas de saúde do SAE da população externa em colaboração com coletivos existentes na região, bem como: Universidade Fora do Armário - UFA (UNIPAMPA) e Colectivo Riversidad ATRU (Rivera, UY).

Eixo III: Fortalecer a rede de enfrentamento à Violência Contra Mulher no Município de Santana do Livramento

- Implantar a Casa de Passagem para mulheres vítima de violência;
- Ampliar a divulgação da existência da Sala das Margaridas na DPPA;
- Fazer uso efetivo da Sala Lilás;
- Fornecer formação continuada com cursos de atendimento humanizado para os profissionais que trabalham com as mulheres que chegam até ambas as salas;
- Ampliar o trabalho da Patrulha Maria da Penha com a comunidade;
- Promover maior explanação da Lei Maria da Penha para as mulheres e meninas santanenses;
- Ampliar as campanhas contra a violência de gênero nas escolas periféricas e rurais;
- Implantar a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher – DEAM;
- Solicitar os serviços do Ônibus Lilás, disponibilizado pelo Departamento de Políticas para mulheres do RS;
- Ampliar o comprometimento com a Rede Lilás, rede de enfrentamento a violência de gênero.

Eixo IV: Fortalecer a rede de Assistência e Inclusão Social para Mulheres

- Fortalecer o Centro de Referência da Mulher - CRM;
- Disponibilizar mais de uma Advogada para o auxílio Jurídico;
- Promover um maior comprometimento das Gestões Municipais com o CRM, rompendo com os problemas de continuidade;
- Descentralizar o atendimento do CRM, buscando um trabalho mais efetivo junto da comunidade;
- Melhorar a transparência das informações de atendimento do CRM via plataforma de sites ou redes sociais;
- Implantar indicadores para saber o perfil das mulheres atendidas;
- Ampliar o trabalho do CRM junto às escolas existentes no município.

Eixo V: Ações de ampliação da comunicação e divulgação das Políticas para Mulheres

- Aumentar o uso das Tecnologias de Informação na Gestão Pública Municipal a fim de aumentar a divulgação das políticas públicas em Santana do Livramento;
- Ampliar ações de Governança Pública com o intuito de fomentar ações entre os Órgãos e Secretarias Municipais com os movimentos e coletivos existentes na sociedade civil, tais como: Coletivo Intersocial Feminista, ONG Emancipa Mulher, Colectiva Feminista de la Frontera - Rivera (UY), Instituto Mulheres de Santana, Coletivo LivraElas (UNIPAMPA);
- Ampliar as ações entre os Órgãos e Secretarias Municipais com as Universidades e Instituto Federal que estão presentes no Município, com intuito de formular e implantar ações e projetos para as mulheres santanenses;
- Ampliar os mutirões da Gestão Municipal nos bairros com a participação do Centro de Referência da Mulher - CRM, Centro de Atendimento Especializado da Saúde da

Mulher - SAE, Patrulha Maria da Penha e profissionais que trabalham na Sala das Margaridas e na Sala Lilás.

Eixo VI: Fortalecer os espaços políticos de controle social e participação popular.

- Fortalecer a Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher;
- Incentivar à participação feminina no Conselho Municipal de Políticas Públicas Para Mulher;
- Estimular a participação da população através de fóruns, seminários e conferências.

Contudo, resalto a importância dos movimentos de mulheres e feministas para a criação e implementação de políticas públicas efetivas. Portanto, espero que essa Agenda Feminista sirva de auxílio para futuras gestoras de políticas públicas em municípios de pequeno porte como Santana do Livramento.

5. Considerações Finais

Nesta pesquisa, busquei analisar como o Poder Público do Município de Santana do Livramento organiza suas políticas públicas de gênero na percepção de mulheres santanenses, chegando ao resultado que Santana do Livramento possui políticas públicas para as mulheres na área de Saúde, Segurança Pública e Assistência e Inclusão Social. Frequentemente, as políticas existentes nessas três áreas trabalham em parceria, realizando uma rede de enfrentamento à violência doméstica e sexual no município.

Para responder de melhor forma o objetivo geral deste estudo, delimito os objetivos específicos. No primeiro objetivo específico, busquei identificar quais eram as políticas públicas voltadas para as mulheres existentes na área de Saúde, Segurança Pública, Assistência Social e Inclusão Social e Trabalho e Renda no município de Santana do Livramento. Nesse sentido, na parte de saúde o município de Santana do Livramento conta com um Centro de Atendimento Especializado da Saúde da Mulher - SAE que oferece exames preventivos, consultas ginecológicas, encaminhamentos de mamografias e testes rápidos de doenças sexualmente transmissíveis, além de realizar campanhas em escolas e universidades.

Já na parte de Segurança Pública, Santana do Livramento possui a Sala das Margaridas, que está localizada na Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento - DPPA e tem como intuito receber mulheres que vão efetuar denúncias de agressão. A cidade possui também a Sala Lilás que está localizada no Instituto Geral de Perícias – IGP, órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública. A sala é um espaço de acolhimento que tem o objetivo de oferecer atendimento especializado à mulher vítima de violência física e sexual. Ademais, se faz presente em Santana do Livramento a Patrulha Maria da Penha que fiscaliza o cumprimento da medida protetiva de urgência, solicitada pelas vítimas de violência doméstica. Por conseguinte, na área de Assistência Social e Inclusão Social as demandas das mulheres concentram-se majoritariamente no Centro de Referência da Mulher - CRM. O CRM oferece às mulheres santanenses atendimentos jurídicos, psicossociais e psicológicos, além de realizar visitas domiciliares e encaminhar mulheres para casas de abrigos quando necessário.

Enquanto isso, na área de Trabalho e Renda, não identifiquei projetos de empreendedorismo feminino ou cursos profissionalizantes para mulheres que sejam provenientes do poder público municipal. No entanto, o CRM, SAE e a Patrulha Maria da Penha buscam apoiar e formar parcerias com os projetos existentes na sociedade civil.

O segundo objetivo específico delimitado foi descrever como essas políticas públicas são executadas a partir da vivência da pesquisadora e demais mulheres santanenses. Portanto, consegui identificar que o SAE é um centro de atendimento com grande importância para as mulheres ouvidas. No entanto, a demora no atendimento é tão grande que muitas acabam recorrendo a um atendimento privativo quando podem.

No que se refere à Segurança Pública, as mulheres sentem falta de um maior auxílio psicológico no pós-denúncia, tratamento humanizado e das ações serem de fato implantadas, não ficando apenas no papel. Obtive também como resposta, reivindicações sobre a falta da Casa de Passagem para mulheres que sofreram violências e da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM. Na parte de Assistência Social e Inclusão Social, o amparo psicológico volta a ser uma reivindicação, segundo as mulheres ouvidas nesta pesquisa, as políticas públicas de assistência social pecam na assistência psicológica às mulheres.

Por último, as mulheres santanenses dizem sentir muita falta de políticas públicas de incentivo a qualificação profissional e empreendedorismo feminino, principalmente para ajudar as mulheres em situação de violência a terem maior autonomia financeira e assim, romperem com o ciclo de violência.

O terceiro e último objetivo específico, foi analisar as lacunas existentes nessas políticas públicas, incorporando-as em uma Agenda Política Feminista. A agenda foi elaborada com base nas respostas obtidas através de meu encontro com as demais mulheres entrevistadas, a fim de tornar as vozes dessas mulheres um instrumento de formulação e implementação de políticas públicas.

Em resumo, a minha pesquisa procurou ser um instrumento válido e efetivo na gestão de políticas públicas para mulheres em municípios do interior do Rio Grande do Sul. Porém, acabei esbarrando em algumas limitações para realização, como limites de tempo e falta de transparência da gestão municipal. O fato de Santana do Livramento pecar bastante na divulgação e disseminação das políticas públicas para as mulheres também dificultou bastante. Nenhuma das mulheres ouvidas nessa pesquisa conhecia todas as políticas existentes no Município. A maioria conhecia ou o CRM, ou o SAE, ou a Patrulha Maria da Penha.

Como contribuição para futuras pesquisas nessa temática, deixo como orientação estudos que busquem analisar o porquê das informações a respeito das políticas públicas para as mulheres não chegarem até elas, além de identificar as principais falhas que impedem o município de Santana do Livramento de ser mais efetivo na sua comunicação e divulgação de programas e projetos voltados para as mulheres.

Referências

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**, São Carlos - Sp, v. 3, n. 2, p. 12-42, dez. 2015.

ALMEIDA, Eliane Moreira de; GROSSI, Patrícia Krieger. A representação da mulher no tradicionalismo gaúcho: Estereótipo e subversão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA, 4., 2019. **Anais [...]** 2019. p. 1-11.

BILHIM, João Abreu. Políticas públicas e agenda política. **Orações de Sapiência**, Brasília, p. 1-21, jan. 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Edição Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, dez. 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante: um falar sobre ausências e silêncios. **Rosa dos Ventos**, Campinas, p. 1-17, 2008. Disponível em: https://apartilhadavida.com.br/outros-escritos/?d=L1BFU1FVSVNBL1BFU1FVSVNBIFBBUIRQ01QQU5URQ%3D%3D&m1dll_index_get=0. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRANDT, Jaqueline Zermiani; LAVARDA, Rosalia A. Barbosa; LOZANO, Marie-Anne Stival Pereira e Leal. Estratégia-como-prática social para a construção da perspectiva de gênero nas políticas públicas em Florianópolis. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 64-87, fev. 2017.

CAMPOS, Mariana de Lima. Feminismo e movimento de mulheres no contexto brasileiro: A constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 30, p. 35-54, jul. 2017.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: Enap, 2018. 151 p.

CAVALCANTE, Silvana Maria Pereira. A Lei Maria da Penha e a Política de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Fortaleza. In: (ORG.), Maria Dolores de Brito Mota et al. **Mulheres e Violências: Práticas discursivas e políticas públicas**. Fortaleza-Ceará: Luminária Academia, 2012. p. 99.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**/tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis- RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo; PASINATO, Wânia. **Participação no Mercado de Trabalho e Violência Doméstica Contra as Mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. 31 p.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 161 p.

COSTA, Cassiane da. **Se é fronteira da paz, não é para elas: violência contra mulheres e meninas em Santana do Livramento/br e Rivera/uy**. São Leopoldo: Oikos, 2020. 90 p.

DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 432 p.

FALQUETO, Junia Maria Zandonade; HOFFMANN, Valmir Emil; FARIAS, Josivania Silva. Saturação Teórica em Pesquisas Qualitativas: Relato de uma Experiência de Aplicação em Estudo na Área de Administração. **Revista de Ciências da Administração**, Brasília, v. 20, n. 52, p. 40-53, dez. 2018.

FARAH, Marta Ferreira Santos et al. Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015). **Cad. EBAPE.Br**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 428-443, set. 2018.

FRANCO, Helga Paula Patrício. A política de cotas para mulheres no Legislativo, o feminismo e as ações afirmativas. **RAP**, Rio de Janeiro, p. 1110-1120, nov./dez. 2004.

GESTAR, Projeto. **IFsul- Câmpus Santana do Livramento está ofertando um curso de empreendedorismo digital para gestantes**. 2022. Disponível em: <http://www.santana.ifsul.edu.br/ultimas-noticias/960-projeto-gestar-empendedorismo-digital>. Acesso em: 5 jan. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008. 197 p.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun. 1995.

GONÇALVES, Agnes Félix. A agenda internacional feminista e as políticas públicas brasileiras: a consonância entre as ações internacionais com as políticas trabalhistas para as mulheres. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2018, Londrina. **Anais [...]** Londrina: 2018. p. 938-952.

HANADA, Heloisa; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 18, p. 33-59, jan/abr. 2010.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Pesquisa Percepções sobre controle, assédio e violência doméstica: vivências e práticas**. 2022. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/a-conta-nao-fecha-4-em-cada-dez-mulheres-ja-sofreram-importunacao-sexual-e-viveram-situacoes-de-controle-e-violencia-domestica-mas-poucos-homens-assuem-essas-praticas/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

KIPNIS-GUERRA, Beatriz. Violência contra a Mulher: Contribuição sobre as Diferenças Contextuais dos Meios Urbano e Rural. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 137-158, abr. 2018.

LENINE, Enzo; SANCA, Naentrem. Gênero, Feminismo e Diplomacia: Analisando a Instituição pelas Lentes Feministas das Relações Internacionais. **Revista Organizações e Sociedade**, Bahia, p. 100-124, 4 jul. 2022.

LIVRAMENTO, Prefeitura Municipal de Santana do. **Plano Municipal de Saúde 2022-2025**. Disponível em: <http://www.sdolivramento.com.br/plano-saude-municipal/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

LIVRAMENTO, Prefeitura Municipal de Santana do. **Plano Plurianual 2022-2025**. Disponível em: <https://transparencia.sdolivramento.com.br/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

MAGALHÃES, Lívia. **Lugar de Mulher: feminismo e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2017. 103 p.

MANSUR, Yasmine; CURSINO, Adélia Marina de Campos; TEODÓSIO, Armino dos Santos de Souza. Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher: uma análise institucional. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v.4, n.1, p. 29-47, julho. 2019.

MARCONDES, Mariana Mazzini; DINIZ, Ana Paula Rodrigues; FARAH, Marta Ferreira Santos. Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil. **Rev. Serv. Público**, p. 35-61, abr/jun. 2018.

MÉNDEZ, N. P. O Feminismo Chegou ao Rio Grande: os efeitos da “onda” feminista nos anos 1970 e 1980 em Porto Alegre. **Revista Prâksis**, v. 2, p. 27–33. 2016. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/552>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MENDONCA, Isabelle Pinto; SANTOS, Vânia Carvalho. Políticas públicas para mulheres: indicações apresentadas no Plano Nacional Brasileiro. **16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social: Comunicações orais - Movimentos Sociais e Serviço Social**, Vitória - Es, v. 16, p. 1-19, 7 jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23493>. Acesso em: 07 jul. 2022.

NASCIMENTO, Ana Amélia Dias Evangelista do; RIBEIRO, Luziana Ramalho. A violência contra as mulheres e o marco das políticas de enfrentamento no Brasil. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, Brasília, p. 1-13, nov. 2019.

NASCIMENTO, Sara Diniz. Precarização do Trabalho Feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, p. 339-346, nov. 2016.

NUNES, Ana Carolina Almeida Santos. Seção temática: Gênero e políticas públicas: análise de arranjos de implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres em municípios de pequeno porte. **Rev. Serv. Público**, Brasília, p. 503-532, jul/set. 2017.

OLIVEIRA, Ana Claudia Delfini Capistrano de; GHISI, Ana Silvia Serrano. Norma Técnica de Padronização e as Delegacias das Mulheres em Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-15, 2019.

OLIVEIRA, Ana Cláudia Delfini Capistrano de. Agendas de gênero nas políticas públicas no Brasil (1980-2016). **Feminismos**, Bahia, Vol.5, N.2 e 3, Maio - Dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br>. Acesso em: 07 jul. 2022.

OLIVEIRA, Guacira Cesar de; BARROS, Ivônio; SOUZA, Maria Helena. **Trilhas Feministas na Gestão Pública**. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), 2010. 164 p.

OLIVEIRA, Larissa Alessandra Stockmanns de; LEAL, Sandra Maria Cezar. Mulheres em situação de violência que buscaram apoio no Centro de Referência Geny Lehen/RS. **Enferm. Foco**, [s. l], v. 2, n. 7, p. 78-82, 2016.

OLIVEIRA, Michele Ribeiro de *et al.* Políticas Públicas Para Mulheres e Qualificação Profissional: algumas considerações sobre o programa mulheres mil. In: JORNADA

INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luís/MA. **Anais [...]** São Luís/MA: 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, Elisabeth Lisboa; ANDRADE JUNIOR, Hermes; LUZ, Rodolfo Pinto da. Pró-Equidade de Gênero: Incorporando políticas de ação afirmativa no mundo do trabalho. **Serviço Público**, Brasília, p. 401-413, out./dez. 2009.

PRÁ, Jussara Reis. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. **Cadernos Pagu**, Campinas - Sp, n. 43, p. 169-196, dez. 2014.

RANGEL, Patrícia. Agenda Feminista: para democratização do poder na reforma política. **Cfemea – Centro Feminista de Estudo e Assessoria**, Brasília, p. 5-57, 2011.

ROSA, Julia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa. **Políticas Públicas**: introdução. Porto Alegre: Jacarta, 2021. 97 p.

SANTOS, F. V. dos. **Políticas públicas do município de Santana do Livramento/RS frente à violência contra as mulheres**: um estudo sobre as políticas públicas de saúde, segurança e assistência social. TCC, Gestão Pública na Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.

SANTOS, Zineide Pereira dos; BORTOLIN, Sueli; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Entrevista narrativa: possibilidades de aplicação na Ciência da Informação. **Rebecin**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 44-66, jul./dez. 2019.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: Uma trajetória Particular. **Cad. Pesq.**, São Paulo, p. 38-47, fev. 1988.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016. 51 p.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA RS. **Indicadores de Violência Contra a Mulher Geral e por Município**. 2022. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA RS. **Locais de Atendimento à Mulher Vítima de Violência (Brigada Militar, Polícia Civil e IGP)**. 2022. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/observatorio-mulher>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SECRETARIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Saúde da Mulher**. 2019. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/saude-da-mulher>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Guia para criação e implementação de organismos governamentais de políticas para as mulheres - OPM**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/publicacoes->

1/GUIA_PARA_CRIACAO_E_IMPLEMENTACAO_DE_ORGANISMOS_GOVERNAMENTAIS_DE_POLITICAS_PARA_AS_MULHERES__OPM.pdf. Acesso em: 5 jan. 2022.

SILVA, Luciano Ferreira da; RUSSO, Rosária de Fátima Segger Macri. Aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa. **Revista Gestão de Projetos**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-6, jan/abr. 2019.

SILVA, Susana Velela da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, p. 1-13, 15 nov. 2000.

SPANIOL, Marlene Inês; GROSSI, Patrícia Krieger. Análise da Implantação das Patrulhas Maria da Penha nos Territórios da Paz em Porto Alegre: avanços e desafios. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 398-413, jul/dez. 2014.

TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea: Enap, 2018. Cap. 4. p. 9-407.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO UTILIZADO PARA COLETA DE DADOS

BLOCO A - PERFIL DA ENTREVISTADA

- 1- Idade.
- 2- Estado civil.
- 3- N° de filhos.
- 4- Etnia
- 5- Formação Escolar.

BLOCO B - SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM SANTANA DO LIVRAMENTO

- 1- Poderia me contar quais políticas públicas voltadas para mulheres que você já tenha utilizado em Santana do Livramento?
- 2- Dessas políticas públicas que você utiliza ou já utilizou, como foi o atendimento? Você acredita que recebeu um tratamento adequado vindo dos profissionais públicos?
- 3- Quais são as políticas públicas voltadas para as mulheres no município que você conhece?
- 4- Como você avaliaria a efetividade dessas políticas que já utilizou? Você teve seu problema resolvido?
- 5- Qual política pública voltada para as questões das mulheres vindas do poder público você sente mais falta?
- 6- De que forma você gostaria que essas políticas fossem implementadas? Em sua opinião, o que precisa para que elas deem certo?
- 7- Quais ações você acredita que o poder público de Santana do Livramento deve tomar para que as informações a respeito das políticas públicas para mulheres cheguem para o maior número possível de mulheres santanenses?

ANEXO A - NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO CRM EM 2022

Atendimentos Realizados pelo CRM Professora Deise de 2022

Atendimentos

Cadastrados realizados: 124

Atendimentos Jurídicos: 720

Atendimentos Psicossociais: 640

Atendimentos Psicológicos: 550

Visitas domiciliares: 128

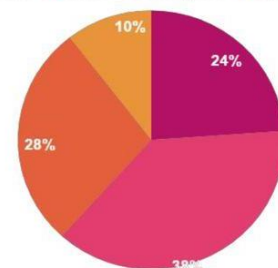
Total de atendimentos: 2.038

Mulheres em situação de risco encaminhadas para outras cidades ou que necessitaram de abrigo: 6

Atividades de Prevenção: 120

Atendimentos Equipe Técnica

■ Psicossociais ■ Jurídico ■ Psicológicos ■ Visitas Domiciliares



Fonte: Dados internos do Centro de Referência da Mulher - CRM de Santana do Livramento (RS).